

**CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
E RELATÓRIO DE AUDITORIA**

Moore Stephens & Associados, SROC, S.A.
Av. Miguel Bombarda, nº 36 - 6º A
1050-165 Lisboa - Portugal

T +351 218 471 933

F +351 218 471 932

www.moorestephens.pt

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**Opinião**

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Município de Lisboa (Município), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 3.120.472.400,53 euros e um total de fundos próprios de 2.216.462.788,14 euros, incluindo um resultado líquido de 51.277.292,66 euros), a demonstração de resultados e os mapas de execução orçamental, que evidenciam um total de 867.142.484,25 euros de despesa paga e um total de 1.013.860.651,14 euros de receita cobrada líquida, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município em 31 de dezembro de 2018, o seu desempenho financeiro e a execução orçamental referente à despesa paga e à receita cobrada, relativos ao ano findo naquela data de acordo com os princípios contabilísticos constantes do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL).

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes do Município nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

No corrente exercício o Município procedeu a regularizações contabilísticas no valor global de 26.984 milhares de euros (Nota 8.2.3), relativamente a diversos elementos reconhecidos, há vários anos, na rubrica “Imobilizações em curso” e que já não são suscetíveis de serem identificados, utilizados ou recuperados. Por entender que as referidas regularizações têm um carácter excecional e de grande significado, devendo afetar negativamente o património do Município, e não o Resultado líquido do exercício, o Município procedeu em conformidade com o normativo contabilístico aplicável ao respetivo reconhecimento na rubrica Resultados transitados.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

Descrevemos abaixo as matérias relevantes de auditoria do ano corrente:

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA	SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA
1. Imobilizações corpóreas e Bens de domínio público	
<p>Conforme evidenciado no balanço em 31 de dezembro de 2018 as Imobilizações corpóreas e Bens de domínio público constituem as rubricas mais significativas do balanço, representando 80% do total do ativo.</p> <p>Por se tratar de rubricas com grande expressão em que ocorrem anualmente adições, abates e regularizações significativas (Notas 8.2.7 e 8.2.28 do Anexo), estas matérias continuaram a ter grande relevância na auditoria do corrente exercício.</p>	<p>Executámos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Realização de procedimentos de revisão analítica, comparando os valores de balanço do corrente exercício com os do exercício anterior; • Realização de testes de conformidade às aquisições, permutas, doações, abates, alienações, transferências de Imobilizado em curso e amortizações do exercício; • Revisão com os serviços do património dos principais processos de Imobilizado em Curso, e aferição da sua adequada classificação; • Comprovação da titularidade (incluindo Certidões Prediais) de um conjunto de bens, selecionados por amostragem; • Verificação física de bens, por amostragem; • Realização de procedimentos analíticos de validação da razoabilidade das amortizações e dos subsídios ao investimento; • Leitura das atas da Câmara Municipal e da Assembleia Municipal.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

2. Provisões para riscos e encargos

Conforme evidenciado na Nota 8.2.27 do Anexo, em 31 de dezembro de 2018 o Município mantém no passivo uma rubrica de "Provisões para riscos e encargos" no montante de 204.698 milhares de euros, que inclui provisões para processos judiciais em curso no valor global de 179.971 milhares de euros.

O Município monitoriza de forma permanente o risco inerente aos processos judiciais em curso, tendo por base análises e pareceres emitidos pelos seus serviços jurídicos e assessores legais.

Conforme referenciado na Nota 8.2.3 do Anexo, são constituídas provisões com base nas estimativas de risco relativas a cada processo, as quais dão origem a reforços ou reduções de provisões, consoante as circunstâncias.

Por entendermos que a estimativa do montante provisionado envolve um elevado grau de julgamento por parte do Município, consideramos este assunto como uma matéria relevante de auditoria.

Efetuámos procedimentos específicos nesta área, para mitigar os riscos identificados, de entre os quais salientamos os seguintes:

- Revisão detalhada da documentação de suporte das provisões para processos judiciais em curso e, em particular, das respostas obtidas dos advogados, tendo ainda sido realizadas reuniões com os serviços jurídicos do Município para discussão e análise dos processos judiciais e dos litígios mais relevantes;
- Indagação junto do Órgão Executivo e dos serviços jurídicos sobre processos, estimativas e julgamentos efetuados;
- Revisão dos cálculos e apreciação da fundamentação das estimativas referentes aos principais processos judiciais, tendo sido obtidos os esclarecimentos e as justificações solicitadas;
- Verificação dos pagamentos efetuados no âmbito da resolução dos processos judiciais mais significativos;
- Aferição da adequacidade das divulgações apresentadas no Anexo.

MATÉRIAS RELEVANTES DE AUDITORIA

SÍNTESE DA ABORDAGEM DE AUDITORIA

3. Valorização das participações financeiras

Conforme divulgado nas notas 8.2.3 e 8.2.16 do Anexo às demonstrações financeiras, os investimentos financeiros, no valor de 154.188 milhares de euros, são mensurados ao custo de aquisição, ajustado pelas provisões necessárias para reduzir o custo de aquisição ao valor da respetiva quota-parte do capital próprio de cada participada.

É regularmente efetuada uma avaliação desses investimentos quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade o que, a verificar-se, origina o reconhecimento de uma perda na Demonstração de Resultados.

As eventuais perdas de valor das participações financeiras foram consideradas uma matéria relevante na nossa auditoria porque o montante escriturado destes ativos é significativo.

Executámos diversos procedimentos de auditoria com vista a mitigar os riscos de distorção material nesta área, destacando os seguintes:

- Obtenção das demonstrações financeiras das empresas participadas, e respetivas certificações legais das contas ou relatórios de auditoria;
- Pesquisa da existência de indícios de que estes ativos possam estar em imparidade;
- Aferição da adequada aplicação dos critérios de mensuração (custo ou equivalência patrimonial), e teste da exatidão dos cálculos realizados;
- Validação das divulgações incluídas no Anexo às demonstrações financeiras.

Responsabilidades do órgão de gestão pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Município de acordo com os princípios contabilísticos constantes do Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do Município de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Município;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Município para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Município descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria;
- das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Em nossa opinião, o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014

Nos termos do artigo 10.º do Regulamento (UE) nº 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- Fomos nomeados auditores do Município pela primeira vez na assembleia municipal realizada em 17 março de 2015 para o exercício de funções de auditores para os anos de 2014 e 2015. Nos termos do disposto no artigo 76º e 77º, nº 1 do Código dos Contratos Públicos, em 2 de agosto de 2016 fomos contratados para o mandato referente a 2016. Nos termos do disposto nos artigos 16º nº 1, e 20º nº 1 do Código dos Contratos Públicos, em 5 de julho de 2017 fomos contratados para o exercício de funções no triénio de 2017 a 2019.
- O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISA mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos na presente data.
- Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, número 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Município durante a realização da auditoria.

Lisboa, 29 de abril de 2019



MOORE STEPHENS & ASSOCIADOS, SROC, S.A.
Representada por António Gonçalves Monteiro